



**IMPLANTAÇÃO DO ASSENTAMENTO FUNCIONAL DIGITAL NA  
GESTÃO DE PESSOAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO  
DISTRITO FEDERAL**

**Brasília - DF  
2018**

**EDSON RIBEIRO DA COSTA**

**IMPLANTAÇÃO DO ASSENTAMENTO FUNCIONAL DIGITAL NA  
GESTÃO DE PESSOAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO  
DISTRITO FEDERAL**

Artigo apresentado ao curso de Pós-Graduação em Gestão Pública do Instituto de Apoio Pedagógico e Cultural, como requisito parcial para obtenção do título de Pós-Graduação em Gestão Pública.  
Orientador: Prof. Dr. Antônio Consenza.

**Brasília  
2018**

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar as possíveis vantagens e desvantagens da implantação do Assentamento Funcional Digital – AFD, um repositório de pastas funcionais digitalizadas dos servidores, na Gestão de Pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) a fim de entender os desafios impostos por esta mudança tecnológica. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que, por representar temática precoce na literatura acadêmica da gestão pública brasileira, apoia-se na coleta de dados pela consulta de fontes normativas, de informações disponíveis em sites governamentais e de trabalhos publicados nessa temática. Tais análises apontaram que a referida inovação proporcionará benefícios de custos, controle, comunicação, transparência e produtividade nos trabalhos realizados pela Diretoria de Gestão de Pessoal da citada instituição desde que haja o correto treinamento dos servidores que utilizarão o repositório, bem como um cauteloso cuidado para distribuição de níveis de acesso ao sistema.

**Palavras-chave:** Assentamento Funcional Digital – AFD; Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF); Administração Pública.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the possible advantages and disadvantages of the deployment of the Digital Functional Settlement - AFD, a repository of digitized functional folders of the servers, in the Personnel Management of the Federal District Fire Brigade (CBMDF) in order to understand the challenges imposed by this technological change. Thus, this is a qualitative research that, because it represents early thematic in the academic literature of the Brazilian public management, relies on the collection of data through the consultation of normative sources, information available in government websites and published works in this theme. These analyzes pointed out that this innovation will provide benefits of costs, control, communication, transparency and productivity in the work carried out by the Personnel Management Board of that institution provided that there is correct training of the servers that will use the repository, as well a cautious level of access to the system

**Key words:** Digital Functional Settlement - AFD. Federal Fire Brigade of the Federal District (CBMDF). Public administration.

## 1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, *caput*, impõe a quaisquer representantes públicos a obediência dos “princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988). Contudo, para o efetivo cumprimento da nossa Magna Carta, é preciso implantar soluções que possibilitem melhorias constantes na máquina pública. Imbuídos desse dever e cientes do papel das tecnologias nos sistemas de gestão, o presente trabalho propõe analisar os possíveis desafios da implantação do Assentamento Funcional Digital – AFD, um projeto de acesso às pastas funcionais digitais e digitalizadas dos servidores, no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF).

Ainda que a minha área de formação tenha sido em Gestão de Recursos Humanos, apenas no final do ano de 2017, comecei de fato trabalhar na área ao ser transferido para a Diretoria de Gestão de Pessoal do CBMDF, tendo assim pouco conhecimento prático do dia a dia desta Diretoria e das suas Seções, porém ao assumir a Chefia da Seção de Arquivo da referida Diretoria em maio de 2018, comecei a me informar sobre as demandas da seção.

Ao notar a grande responsabilidade de salvaguardar e também de assentar esses documentos gerados em decorrência da vida funcional do servidor (a), fiquei estimulado a pesquisar sobre o assunto e saber o que tinha de recente, que fosse seguro, e que também tivesse uma aplicação prática, foi quando ao conversar com o Subdiretor, falei sobre a ideia de um colaborador de outra seção da Diretoria, que precisava de alguns dados funcionais para realizar a sua tarefa diária, e ao utilizar um dos diversos sistemas do CBMDF, o Sistema de Gestão e Controle de Pessoal – GECOPE, verificou que certos documentos poderiam ser mais práticos e seguros se fossem assentados de uma determinada maneira, foi então que no dia seguinte o Subdiretor recebeu um comunicado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de que haveria um processo licitatório na modalidade pregão que objetivava viabilizar o atendimento à Portaria SEGRT nº 04, de 10 de março de 2016, para a opção de contratação de empresa prestadora do serviço

exclusiva para digitalização dos assentamentos funcionais dos servidores das unidades de Recursos Humanos, que haveria uma reunião para explicar e saber se o CBMDF estaria interessado em aderir a contratação.

Diante destas questões e oportunidades, resolvi analisar quais seriam as possíveis vantagens e desvantagens da Implantação do Assentamento Funcional Digital na Gestão de Pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal?

Para tanto, tem-se como objetivos específicos abordar os aspectos normativos que amparam tal projeto, assim como as características de tal recurso tecnológico, pontuando-se as vantagens e desvantagens da implantação do sistema. Acreditamos também que a reflexão dos possíveis impactos do Assentamento Funcional Digital – AFD servirá para prevenir a equipe de Gestão de Pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a qual integra o presente autor, acerca dos desafios impostos por esta mudança tecnológica. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que, por representar temática precoce na literatura acadêmica da gestão pública brasileira, apoia-se na coleta de dados pela consulta de fontes normativas, de informações disponíveis em sites governamentais sobre o Assentamento Funcional Digital – AFD e de possíveis trabalhos publicados nessa temática.

## **2. ASPECTOS NORMATIVOS**

O Assentamento Funcional Digital – AFD é um sistema que possibilita o acesso a “um repositório digital dos documentos (pastas funcionais) do servidor público federal, considerado fonte primária da informação, que substituirá a tradicional pasta funcional física” (BRASIL, s.d). O acesso à pasta funcional do servidor em meio digital representa maior eficiência dos processos administrativos, seja pelo barateamento dos custos com material e espaço físico, seja pela promoção de maior transparência e controle das informações, seja pela agilidade nas atividades burocráticas.

## **3. POSSÍVEIS VANTAGENS DO ASSENTAMENTO FUNCIONAL DIGITAL**

Paludo (2012, p. 149) aponta que, embora todo sistema de informação ajude a coletar, processar, guardar e distribuir a informação, suas principais funções é “dar suporte à tomada de decisões; e dar suporte ao controle de uma organização”. Tal percepção é coerente com o que descreve a Portaria Normativa nº 4, de 10 de

março de 2016, que cria o Assentamento Funcional Digital, que aponta que sua implantação visa “agilizar o acesso à informação, subsidiar a tomada de decisão, resguardar os direitos e os deveres dos órgãos, entidades e de seus agentes” (BRASIL, 2016).

Além de auxiliar no processo de tomada de decisões e no controle nas organizações deve-se ter em mente que a acumulação de papéis será substituída por bits, assim como as repartições de arquivos por hardware e software. Essa clara vantagem representa redução de custos com materiais e espaço físico. Portanto, o projeto de AFD representa também o cumprimento de diretrizes da responsabilidade social junto a agenda ambiental, fazendo com que o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal seja um contributo na preservação dos recursos naturais tão caros e necessários para a sociedade. Além disso, o CBMDF estará no rol das entidades socialmente responsáveis, como exemplo de gestão e de busca pelo bem-estar social.

Assim, a tecnologia não deve ser vista como inimiga da gestão, mas como facilitadora, pois produzirá as informações necessárias para atender aos requisitos funcionais de forma mais direta, rápida, eficiente e ainda compatível com práticas sustentáveis. Ou seja, o sistema eletrônico confere maior flexibilidade nas atividades burocráticas e consequente aumento da produtividade. A circulação das informações proporcionadas pela nova tecnologia também pressupõe melhorias nos processos de comunicação, o que permite maior integração e coordenação entre os setores responsáveis. Tudo isso impacta na qualidade dos serviços positivamente.

### **3.1 POSSÍVEIS DESVANTAGENS DO ASSENTAMENTO FUNCIONAL DIGITAL**

Embora o AFD apresente vários benefícios, a implantação de tal tecnologia requer imprescindíveis cuidados técnicos, operacionais e legislativos na implantação e execução deste recurso. Por exemplo, uma das principais preocupações com a migração dos processos para o meio digital é a preservação da confiabilidade da informação. Frente a esse desafio os agentes públicos envolvidos no projeto inseriram a assinatura digital como um dos requisitos de garantia da validade das informações. Cada servidor possui uma assinatura digital, diminuindo os riscos de

fraude ou erro, já que o servidor conferirá autenticidade ao documento, seja produzindo-o ou revisando-o (BRASIL, s.d.; BRASIL, 2017).

A assinatura é feita com certificado digital no padrão ICP – Brasil. Como tal certificação digital, produzida pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, atende aos requisitos da Política de Segurança de cada Autoridade Certificadora e é criptografada, ou seja, cada assinatura possui uma chave secreta na mensagem, os documentos digitalizados possuem validade jurídica (BRASIL, s.d.; BRASIL, 2017). Portanto, poderão ser utilizados não apenas internamente, mas também em processos judiciais.

Outro importante desafio implica na digitalização dos processos. A migração do suporte físico para o digital pode contar com o auxílio de terceiros e requer um planejamento da digitalização. Assim, é preciso pensar nas implicações administrativas, como elaboração de licitações, e mesmo nos custos para a contratação de empresas especializadas em digitalização, que por sua vez precisam atender aos requisitos de segurança, armazenamento e preservação dos documentos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 4, de 10 de março de 2016 (BRASIL, 2016).

O acesso às informações pode constituir tanto uma vantagem, por permitir um fluxo mais rápido e direto à informação, quanto uma desvantagem, se o acesso às informações for irrestrito ou concedido a agentes públicos despreparados. Suponhamos que haja um processo de sindicância. Quem poderá acessá-lo? Como delimitar este acesso em uma plataforma online interna? Eis o desafio. A solução é realizar uma análise dos desenhos de cargos e funções do departamento de pessoal ou mesmo do pessoal de administração logística e financeira para definir os níveis de acesso apropriados ao histórico funcional dos agentes públicos, o que pode ocorrer de acordo com cada categoria de classificação do documento ou processo. A classificação do tipo, assunto e formato do documento também é outra tarefa importante, pois requer planejamento e análise arquivista do fluxo de informações, além da observância da Tabela de Temporalidade.

Tendo em vista tais desafios, o agente público deverá realizar treinamento oferecido pela Escola Nacional de Gestão Pública - ENAP, adquirir o certificado digital (perfil Operador AFD) e, além disso, só poderá obter acesso ao AFD com o Gestor de Acesso Setorial do órgão (BRASIL, s.d). Todos esses pré-requisitos burocráticos visam garantir o uso correto do repositório em questão. Afinal, as

especificações acima elencadas poderão garantir a observância das regras de segurança, armazenamento e preservação das informações e coibir possíveis erros operacionais.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Assentamento Funcional Digital é um projeto inovador, que consiste em um repositório de pastas funcionais digitalizadas dos servidores e que deverá ser implantado no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. As análises aqui presentes apontam que tal tecnologia proporcionará melhoria de desempenho nos trabalhos realizados pela Diretoria de Gestão de Pessoal da citada instituição, tendo em vista a redução de custos pela diminuição de espaço físico e compra de material; o aumento da produtividade pela agilidade no acesso à informação; o auxílio no processo de tomada de decisão pelo fluxo organizado de informações e a promoção do controle e da transparência pelo acesso e até mesmo a possível integração ou cruzamento das informações com entidades públicas externas.

No entanto, essa importante ferramenta de gestão apresenta desafios que precisam ser observados. Tais desafios incluem principalmente a garantia da confiabilidade das informações. Nesse sentido, agentes públicos responsáveis pelo projeto apresentaram soluções pertinentes. Uma delas é o correto treinamento dos servidores que utilizarão o repositório, bem como um cauteloso cuidado para distribuição de níveis de acesso ao sistema, tendo em vista que pessoas desqualificadas podem comprometer a confiabilidade das informações. Além disso, para garantir a utilização segura da informação a tecnologia faz uso da assinatura digital com certificação ICP-Brasil, Infraestrutura de Chaves Públicas. Tais medidas podem diminuir a probabilidade de erros e permitir que o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) atenda de forma mais eficiente as demandas internas e externas que lhe são cabíveis através da implantação do Assentamento Funcional Digital

AFD.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out 1998: Presidência da República Casa Civil Subchefia para assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 27 junho de 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. Certificação Digital. **Casa Civil da Presidência da República**, 30 Jun. 2017. Disponível em: <<http://www.itl.gov.br/perguntas-frequentes/41-perguntas-frequentes/112-sobre-certificacao-digital>>. Acesso em: 30 julho de 2018.

BRASIL. Portal do Servidor Governo Federal. **Assentamento Funcional Digital - Perguntas Frequentes**. Brasil, s.d. Disponível em: <<https://www.servidor.gov.br/servicos/faq/assentamento-funcional-digital>>. Acesso em: 27 junho de 2018.

BRASIL. **Portaria nº 4, de 10 de março de 2016**. Dispõe sobre a criação do Assentamento Funcional Digital - AFD. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 mar.2016. Seção 1, p.79. Disponível em: [http://portal.imprensa nacional.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22443662/do1-2016-03-14-portaria-normativa-n-4-de-10-de-marco-de-2016-22443540](http://portal.imprensa nacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22443662/do1-2016-03-14-portaria-normativa-n-4-de-10-de-marco-de-2016-22443540)>. Acesso em: 29 julho de 2018.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração pública**: teoria e questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.